



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 77 - 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35

**As eleições deram a vitória a Fernando Henrique
Será um governo capitalista pró-imperialista
que trará mais fome e miséria.**

**O POR chama os operários conscientes a
não darem nenhum apoio a a lutarem
abertamente contra esse governo.**

A tarefa principal agora é:

Derrotar o Plano Real!

**No 1º turno, os votos brancos, nulos e a
abstenção superaram os 30 milhões.**

No 2º turno, novamente,

VOTO NULO
PELO PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO

FORA O IMPERIALISMO DO IRAQUE E DO HAITI!

A unidade operária é necessária

Os metalúrgicos de São Paulo estão em campanha salarial, envolvendo oitocentos mil trabalhadores da capital e do interior. A reivindicação é de reajuste de 69,69% e correção mensal de salários, entre outros pontos. Os capitalistas da Fiesp não oferecem nada além do repasse de 15% do IPCr. Com isso, os burgueses pretendem passar uma borracha na violenta perda passada.

Esta marcado uma assembleia para o dia 28. O problema está em que a burocracia da Força Sindical não pretende uma greve unitária da capital e do interior (metalúrgicos da CUT). A velha tática pelega do "sindicalismo de resultados" é de fazer greves isoladas por fábricas. Somente a pressão das bases operárias poderá impor a unidade de todos os metalúrgicos contra o patronato.

É preciso organizar os comitês de greve

para que o movimento tenha força e evite a traição da burocracia divisionista.

Unir metalúrgicos, químicos, plásticos e bancários num só movimento grevista.

Estão também em campanha salarial químicos, plásticos e bancários. Trata-se de unir todas essas camadas para arrancar do patrão as reivindicações. É um dever da CUT, que congrega estes três sindicatos e que dirige importantes sindicatos metalúrgicos no interior, lançar uma convocatória ao sindicato metalúrgico de São Paulo de unificação operária, constituída de um comando único eleito em assembleias.

Não se pode aceitar a política criminoso dos burocratas do sindicato dos bancários, que têm bloqueado a greve unitária nacional dos trabalhadores em estabelecimento bancário. O patronato da Fiesp e da Fenaban não darão nada sem que haja uma luta grevista radical e unificada.

Não seguir o exemplo divisionista

Os metalúrgicos do ABC e os petroleiros tinham todas as condi-

ções para enfrentar o patronato e o governo. Porém o isolamento das greves e a divisão interna favoreceram os interesses dos capitalistas e do governo. Em São Bernardo do Campo, o sindicato teve a proeza de dividir os metalúrgicos das montadoras e das auto-peças, aceitando as pressões do governo Itamar, que pretende manter o arrocho imposto pelo Plano Real.

Com os petroleiros, a atuação da burocracia da CUT não foi diferente. Vicentinho se colocou como verdadeiro porta-voz de Itamar para desfazer a luta grevista. Incluem-se neste quadro as manobras dos sindicatos dos bancários, que não tem feito outra coisa senão romper a unidade nacional da classe, enquanto os banqueiros e o governo estão bem unidos em torno do Plano antinacional e antipopular.

É desta forma que a burguesia atravessou tranquilamente o chamado "setembro negro", quando milhares e milhares de trabalhadores entram em luta. Agora, em outubro, espera pôr fim às campanhas dos metalúrgicos de São Paulo e interior, dos químicos, plásticos e dos bancários que se prolonga até o momento. Esta experiência mostra a importância decisiva da unidade operária para breçar a ofensiva de fome e miséria.

Operários da Construção Civil mostram como se deve lutar

Depois de suspensa a greve geral da construção civil, os 5 mil operários da Construtora OAS fizeram um verdadeiro levante contra o desconto das horas-extras e dos 11 dias úteis em que as obras estiveram paralisadas.

Diante da inflexibilidade do patrão, que negociava com a comissão de obra, os trabalhadores resolveram mostrar como deve ser a luta. Passaram a depredar a obra e atearam fogo em três edifícios em construção. A tropa de choque foi recebida com pedras e paus. O 12º Batalhão teve de negociar com os operários revoltosos para pôr fim à rebelião.

Finalmente, os capitalistas da poderosa OAS voltaram atrás em sua determinação. Está demonstrado que não basta simplesmente entrar em greve, pois a ação dos pelegos, a pressão da

Justiça que a torna ilegal, as demissões e a repressão logo quebram o movimento, dando vitória ao burguês.

O quebra-quebra mostrou que o operariado tem outros meios eficientes que devem ser usados conforme a circunstância. Os demitidos não seriam readmitidos sem o confronto aberto com os patrões totalitários. O lema dos operários da OAS de que essa greve era uma guerra mostrou ser bem verdadeiro. Se fossem depender das negociatas dos pelegos, certamente os demitidos, quando muito, receberiam uma esmola de indenização. Numa greve devemos sair para uma guerra, onde não aceitamos demissões sem ampliar a guerra de classe. A guerra de classe é a luta da classe operária contra a classe capitalista em todos os problemas.



A pressão burguesa pelo aumento de preços

Os preços deram um pulo na véspera da eleição. A carne e o feijão dispararam, e foram acompanhados pelo aluguel. Os gêneros alimentícios mantêm elevação de preços pequena mas sistemática. O ágio sobre os produtos industrializados pressiona a inflação para cima. Abriu-se um conflito entre comércio e indústria por causa de reajustes em reais nos custos dos produtos. A indústria denuncia aumentos de preços de matérias primas, pelo menos 4 vezes desde julho. O ministro Ciro Gomes foi obrigado a vir à televisão para pressionar empresários a conterem os reajustes de preços.

Os preços estão liberados, mas uma parcela dos empresários e comerciantes pressiona o governo para que libere os reajustes. Isso porque, apesar da liberação dos preços, existe uma pressão constrangedora dos aumentos, já que se exige a justificativa pelos aumentos.

O governo entende que é preciso conter os aumentos de preços porque elevam o índice da inflação e criam nos assalariados tendências de luta pela reposição salarial. Sabe-se que uma das bases do plano Real é justamente o congelamento salarial, que sustenta a taxa de lucro empresarial diante da supervalorização artificial do Real.

A alta de preços deste mês já modificou as previsões do índice de inflação. No mês de outubro, já se prevê uma inflação ao redor de 3%. Isso elevará as perdas salariais a mais de 20% desde a implantação do Real. O governo já prepara alternativas para a situação de manutenção da inflação. Pretende acabar com o reajuste anual de salários nas datas-base. E apóia a criação do contrato coletivo de trabalho, voltado apenas para algumas categorias. Sua intenção é a de negociar com a burocracia reajustes para alguns setores mais radicalizados e manter a maioria dos assalariados sob congelamento salarial.

Governo prepara mais impostos

O governo continua a aplicar o plano neoliberal: a proposta em discussão entre as lideranças partidárias é a reforma tributária. Pretende-se através dela aumentar o número de pessoas que paga imposto, e reduzir o imposto dos que

pagam mais. Traduzindo: reduzir os impostos dos capitalistas e aumentar o número e o valor dos impostos dos assalariados.

Essa é mais uma medida para dar condições ao Estado de continuar pagando os juros das dívidas externa e interna, alimentando os parasitas especuladores às custas de arrocho sobre os salários e cortes

nas verbas dos investimentos públicos e nos serviços sociais (saúde, educação etc.)

A luta contra o congelamento dos salários precisa avançar para atacar a causa do problema: é preciso combater o plano em seu conjunto. Combater o arrocho, o aumento de impostos, os cortes nos encargos sociais do estado, as privatizações etc. Só a luta nacional de massa pode fazer isso. Mas as direções das organizações de massa estão numa posição de apoio crítico ao plano e estão dividindo as lutas salariais que têm ocorrido. Por isso é preciso exigir a convocação das assembleias e a eleição dos comandos de base para passar por cima das direções corrompidas e cúmplices da aplicação do neoliberalismo e construir a unidade operária que derrote o plano real de fome.



Ciro foi à TV implorar aos empresários que não aumentem preços

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

Eleições fortalecem o neoliberalismo.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições significa a continuidade da política e do plano econômico neoliberal. Não é à toa que o FMI e os banqueiros e empresários americanos e europeus comemoraram a vitória do tucano. Depois de criar o Fundo Social de Emergência para pagar os compromissos das dívidas internas e externas, cortando verbas da saúde, moradia e educação, depois de arrochar os salários com duas conversões (URV e Real) e deixar os preços livres, depois de reduzir os impostos de produtos importados favorecendo as empresas estrangeiras, agora o governo vai aumentar impostos, cortar verbas de estados e municípios, atacar a previdência social, cortar encargos sociais (Fundo de Garantia etc.) e entregar a mineração, telefonia e telecomunicações para o capital estrangeiro, com mais privatizações.

Fernando Henrique venceu as eleições porque conseguiu o apoio da maioria do poder econômico. Com isso, conseguiu utilizar todas as formas possíveis para pressionar as massas a votarem na aliança com o PFL oligárquico. Os meios de comunicação, nas mãos de nove famílias, atuaram em unidade em favor de FHC e do Plano Real. Os grandes institutos de pesquisa elaboraram pesquisas manipuladas para favorecer FHC. Uma fábula de dinheiro, muito superior à milionária campanha de Collor, sustentou a campanha com painéis, folhetos, favores etc. Os 3,5 bilhões de reais em bônus eleitorais estão sendo devolvidos ao governo, porque os partidos não os usaram. O dinheiro continuou a vir maciçamente das formas mais obscuras e inconfessáveis possíveis.

O apoio a FHC vem do acordo das frações da burguesia em aplicar o plano econômico ditado pelo imperialismo. Trata-se da mesma política que vem sendo aplicada desde Collor. Uma política que é antinacional e antipopular, porque quebra a economia nacional em benefício dos capitalistas estrangeiros e porque ataca o salário, o emprego e os serviços sociais públicos (saúde, moradia, educação). A eleição de FHC é a promessa da burguesia brasileira ao imperialismo de que seu governo vai continuar a destruição da economia e o arrocho e desemprego.

Uma Vitória das oligarquias

O poder econômico teve controle absoluto sobre as eleições, desde a presidência, passando pelos governos até o parlamento. O PMDB continua sendo o maior partido no Congresso, seguido pelo PFL e PSDB. Os governos estaduais e as bancadas ficaram nas mãos das oligarquias regionais, que continuam controlando o aparelho do Estado. No Maranhão, por exemplo, a família Sarney terá o governo e maioria na assembléia. Na Bahia, o mesmo ocorrerá em relação a Antônio Carlos Magalhães. O controle do Estado pelas oligarquias reflete o atraso do país, sua condição semi-colonial. O setor industrializado, responsável pela maior parte da produção nacional, não consegue se impor diante da força das oligarquias regionais. A unidade do país é mantida a duras penas, submetida às pressões do imperialismo e dos mesquinhos interesses de oligarcas atrasados.

No Congresso, PSDB e PMDB procuram estabelecer uma aliança que garanta maioria ao governo para votação dos projetos. Apesar do sucesso das negociações entre as lideranças partidárias, os partidos estão fracionados por dentro, pelas disputas interburguesas. Aumentarão os choques entre as frações, nas discussões do ritmo e alcance das medidas do plano neoliberal. Isso se refletirá nas votações no Congresso, que servirá de palco para as negociações burguesas.

PT vai aprofundar integração ao fisiologismo

A rejeição a Lula da fração burguesa majoritária se devia à frágil governabilidade que teria um governo petista, e não em relação ao programa, que expressava aspectos nacionalistas, de limitação à aplicação das medidas antinacionais e antipopulares, em comparação ao neoliberalismo mais ortodoxo de FHC.

O expressivo crescimento da bancada do PT lhe dará importância nas negociações no parlamento. O PT passa a ter um peso próximo ao do PSDB e estará sob as pressões dos outros partidos burgueses para que participe ativamente das negociações ao redor das votações. Isso implicará numa maior integração do PT ao Estado e à corrupção política e econômica burguesa, que predomina no parlamento e é uma das bases de sustentação da democracia burguesa.

Algumas lideranças petistas já apontam nessa direção, como Genoíno, Mercadante e Erundina, que têm pregado a ampliação das alianças do PT com os partidos burgueses. A posição conquistada no parlamento fortalecerá essas tendências. Genoíno tem declarado que sua atuação no parlamento estará determinada pelos anseios do seu eleitorado de 200 mil pessoas, muitas das quais não petistas, e não obedecerá o partido. Erundina se adiantou na sucessão estadual em São Paulo e declarou seu apoio incondicional e engajado a Covas do PSDB no 2º turno, antes de qualquer debate partidário.

O predomínio da influência dos parlamentares sobre o partido é típico dos partidos burgueses. Isso porque constituem o elo de ligação com o poder econômico, que condiciona a democracia burguesa e a ação dos partidos. O PT estará cada vez mais nas mãos dos parlamentares e dos que os sustentam.



O PT não chamou nenhuma resistência à ofensiva neoliberal

A campanha da Frente Popular que apoiava Lula nunca colocou-se pela resistência à ofensiva neoliberal, comandada ultimamente por FHC. Não utilizou as eleições para chamar a luta nacional de massa contra o arrocho, o desemprego, o ataque aos serviços sociais e a entrega nacional. Ao contrário, afirmou desde o início que, se eleito, continuaria pagando a dívida externa, continuaria as privatizações, manteria um salário mínimo de fome (100 reais), não se oporia à abertura do mercado ao capital estrangeiro e daria continuidade ao plano Real. A principal preocupação de Lula e dos partidos que compõem a Frente foi buscar apoio da maior parte da burguesia possível. Tentaram passar a imagem dos mais capazes de gerir o Estado capitalista. Colocaram-se em apoio crítico ao Plano Real que congelou os salários e ajudaram a sustentá-lo quando dividiram e quebraram as greves que surgiram contra o arrocho e o desemprego.

No final da campanha, Fernando Henrique convidou Lula para integrar o futuro governo e Lula fez o mesmo a FHC. Nenhum dos dois descartou a possibilidade de participar do governo do outro. Depois do 1º turno, Lula declarou que não faria oposição sistemática a FHC, não montaria um governo paralelo e iria atuar como "consciência crítica" do governo, exigindo o cumprimento do programa de campanha do PSDB. Também não quis confirmar se participaria ou não do governo do PSDB. Disse: "não digo que participo nem que não participo". Já acenou com alianças eleitorais para o segundo turno com o PSDB em São Paulo, com o PDT no Rio e conta com o apoio do PSDB em Brasília. No Rio Grande do Sul, está atrás de uma aliança com o PPR malufista para enfrentar o PMDB de Antônio Brito. Isso tudo mostra que a oposição entre a candidatura dos empresários e a dos trabalhadores não passou de uma farsa. O PT deixa de lado as caracterizações fajutas de partidos progressistas e conservadores e passa a adotar a linha de alianças com toda e qualquer fração burguesa. Trata-se de um mergulho de cabeça no fisiologismo burguês.

O papel das correntes de esquerda

As correntes de esquerda que chamaram o voto no candidato da Frente Popular colaboraram para desviar os trabalhadores da ação direta, quebrar as greves, aumentar as ilusões na farsa da democracia burguesa e nas eleições e sustentar o plano Real. O falso argumento de que havia uma polarização é agora facilmente desmascarável. A conduta dessas correntes (PSTU, Causa Operária) mostra que tornaram-se seguidistas do reformismo.

Durante a campanha eleitoral, desenvolveu-se uma tendência grevista no movimento operário contra o congelamento dos salários. Houve um dia nacional de luta da CUT no dia 16 de setembro. Atos, passeatas, greves, mobilizações. Em todos esses momentos, as correntes de esquerda jogaram todo empenho no eleitoralismo. Esforçaram-se para incutir nas massas a ilusão de que votando em Lula teriam um caminho para solução de seus problemas.



Vicentinho comemora com Itamar o fim da greve dos petroleiros. As correntes de esquerda seguiram o reformismo e ajudaram a bloquear as lutas durante as eleições.

O PSTU fez todo tipo de manobras e malabarismos para explicar sua integração à frente popular. Em alguns estados, onde não foi possível integrar a frente colaboracionista de classe, o PSTU lançou candidaturas próprias ou abriu a sigla a outras correntes (no Ceará, ao PRO de Maria Luíza Fontenelle). Em Recife, lançou uma candidatura baseada num programa claramente reformista. Não disse em seus materiais nacionais o que fez na Bahia, onde a frente popular apoiou o candidato do PSDB. Chamou o voto na Frente Popular para presidente, mas foi contra ela para governador? Ou apoiou o oligarca Jutahy? E agora, o que fará no segundo turno? Em São Paulo, caminhará circunstancialmente separado da Frente Popular e chamará o voto nulo. E, no Sul, vai chamar o voto em Olívio Dutra, junto com os malufistas do PPR. Em Brasília, chamará o voto na frente PT/PSDB. Essas são as consequências de uma política que não tem como princípio a independência de classe do proletariado.

A defesa do Voto Nulo feita pelo POR expressou a posição de independência de classe e permitiu a defesa, ainda que limitada pela nosso estágio de desenvolvimento organizativo, da ação direta das massas para enfrentar o plano de fome e entrega nacional. Isso nos permitiu defender nas mobilizações a unificação das lutas e o método grevista para enfrentar o arrocho e o desemprego.

Nacional



Causa Operária e sua campanha pelo candidato operário

Causa Operária defendeu durante a campanha eleitoral o voto no candidato operário Lula, mas contra a Frente Popular que o sustenta, e pelo governo das organizações operárias e camponesas. Trata-se de um malabarismo que deforma a bandeira do governo operário e camponês, apresentando-o às massas como um governo saído das eleições e vinculado à candidatura de Lula. CO confunde os trabalhadores quando não dá ao governo operário e camponês o seu verdadeiro conteúdo que é o da ditadura do proletariado saída da revolução social.

A ginástica verbal de apresentar o voto no candidato operário Lula de partido e programa pró-capitalistas como

se fosse uma ação classista serve somente para encobrir seu seguidismo ao reformismo. Um seguidismo que foi tão longe que, ao pedir o voto em Lula, deixou de chamar o voto nulo para os outros cargos (governador, senador etc.), ou nos candidatos operários, conforme havia deliberado anteriormente. Mas como explicar aos operários que votar em Lula é ser revolucionário, mas votar em Zé Dirceu não é? Com essa política, CO, na prática, anulou sua ação. Tanto é que não fez campanha pelo voto nulo para governador em São Paulo.

O seguidismo de CO decorre do abandono da estratégia da ditadura do proletariado, trocada pela possibilidade do governo reformista de Lula saído das eleições. A defesa da estratégia revolucionária é incompatível com o eleitoralismo.

O crescimento dos votos nulos e brancos

Os institutos de pesquisa diziam que o número de votos brancos e nulos ia cair nessas eleições, pelo menos para presidente. Mas o que vimos foi o contrário. As votações nula, em branco e a abstenção cresceram em todo o país. Cresceram para presidente, para governador, para senador e para deputados. Para presidente, brancos e nulos somaram mais de 22%. Se somarmos a abstenção, chegaremos a quase 30%. Há ainda uma parte dos votos em Enéas que expressa deformadamente o protesto contra os políticos, mas é difícil dizer quanto. Quer dizer que Fernando Henrique, que teve 54% dos votos válidos, teve na verdade pouco mais de 35% do total dos votos de eleitores (as pesquisas lhe davam cerca de 45%). Lula, segundo colocado, teve menos votos que a soma de brancos e nulos. Para deputados, a votação branca e nula superou os 40%, quase a metade dos votos. Em Minas Gerais, a votação válida só foi maior que 50% para presidente, o resto foi maioria branca, nula e abstenção. Isso tudo apesar da tremenda campanha que o Tribunal Eleitoral e os meios de comunicação fizeram contra o voto nulo e branco.

O crescimento dos votos nulos e brancos e da

abstenção mostra um aumento da desconfiança das massas no parlamento e na democracia burguesa. Uma parcela das massas mostra-se cansada das mentiras, da politicagem e da corrupção burguesas. Não acredita mais nas promessas da burguesia e seus candidatos, que apresentam as eleições como a forma de resolver os problemas. Mas falta a assimilação da experiência e a elevação da consciência política, por causa da ausência do partido revolucionário estruturado. Falta esse partido que denuncie a farsa da democracia burguesa, que é na verdade a ditadura dos capitalistas sobre os assalariados, que chame as massas a resolverem seus problemas com as próprias mãos e que aponte para a necessidade de destruição do capitalismo pela revolução proletária e pela constituição do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Ano	% de Votos Brancos e Nulos
1960	7,21%
1989 (1º turno)	6,4%
1989 (2º turno)	5,8%
1994	22,7%

Foi o apoio do poder econômico que elegeram A corrupção prevaleceu do começo ao fim

As eleições de 3 de outubro confirmaram que, na democracia burguesa, só vencem aqueles que contam com o apoio da maioria dos capitalistas, aqueles que contam com o apoio do poder econômico, direta ou indiretamente. Os deputados mais votados confirmam isso. Franco Montoro é homem de confiança da burguesia há mais de 30 anos. Celso Russomano é ligado ao

empresário Silvio Santos. José Genoíno tem espaço aberto toda semana na imprensa burguesa para defender suas idéias neoliberais no interior do PT. O PMDB continua sendo o maior partido do Congresso, justamente por contar com mais estrutura e dinheiro.

Os partidos preferiram não usar os bônus eleitorais, justamente para não deixar identifi-



carem de onde vem o dinheiro para as campanhas. A pequena fração de bônus que foi utilizada na campanha serviu para a negociata dos descontos do imposto de renda. Os bônus eram vendidos a um preço menor que o indicado, e empresários compravam esses papéis para descontarem do imposto. Isso chegou a causar a renúncia do candidato a presidente pelo PL, que foi denunciado.

Os casos de fraudes espalham-se pelo país. Na Bahia, as suspeitas baseiam-se em números de votos

O POR defendeu o voto nulo programático

VOTE NULO NO PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO:

- 1. Contra todos os partidos burgueses**
- 2. Combater o plano Real que congela nossos salários**
- 3. Defender a ação direta das massas**
- 4. Construir o Partido Operário Revolucionário**
- 5. Pela Revolução e pela Ditadura do Proletariado (Governo Operário e Camponês)**

Leia o jornal



Tendência pelo Partido Operário Revolucionário
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

de estaria colocada se o PT estivesse encabeçando uma luta nacional de massa que opusesse de fato as massas contra o Estado e a burguesia, num confronto contra o plano antinacional e antipopular. Não apenas no malabarismo verbal das correntes de esquerda seguidistas do reformismo que apoiaram o PT, mas nas ruas, unificando as greves e apontando uma perspectiva de enfrentamento de classe. Aí estaríamos obrigados a apoiar o PT. Mas o contrário aconteceu. O PT passou a campanha correndo atrás da burguesia em busca de apoio e mostrando-se o mais confiável possível. Só o fato de sustentar o plano Real já seria motivo suficiente para rejeitar uma frente eleitoral com o PT.

Por isso o POR fez campanha eleitoral defendendo o voto nulo programático. Chamamos os trabalhadores a votarem em cinco pontos: 1) contra todos os partidos burgueses que sustentam a exploração de classe, 2) contra o Plano neoliberal que congela os salários e destrói a economia, o emprego e os serviços sociais em favor do capital estrangeiro, 3) pela ação direta das massas, que os trabalhadores não confiassem nas eleições e sim em suas próprias forças, através das greves, mobilizações etc., 4) por um partido operário revolucionário, 5) pela revolução e pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Assim, a campanha pelo voto nulo pôde ser utilizada para defender as posições revolucionárias.

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário não teve condições de registrar-se legalmente, o que lhe permitiria participar com candidatos nas eleições. Se tivéssemos condições, teríamos inscrito candidatos para denunciar a farsa da democracia burguesa, para impulsionar a ação direta das massas contra a ofensiva neoliberal e para defender o programa da revolução proletária.

Outra possibilida-

maiores que o número de eleitores, favorecendo o segundo candidato ao senado pelo PFL. Em Mato Grosso, houve recontagem de uma urna que inverteu a eleição de um senador. No Rio de Janeiro, a fraude esteve controlada por uma verdadeira rede de organizações, que tinham até tabela de preços para os candidatos se elegerem.

A corrupção continua sendo um dos pilares de sustentação da democracia e da política burguesas.

O que está colocado: UNIDADE OPERÁRIA PARA DERROTAR O PLANO REAL DE FOME

Com a vitória do candidato do imperialismo, está colocado para os trabalhadores se prepararem para resistir aos novos ataques às suas condições de vida que estão por vir. A frente que elegeu FHC já acertou-se com o PMDB para aprovar uma reforma tributária. E já anuncia novas emendas constitucionais para atacar a previdência e os direitos trabalhistas, assim como entregar a mineração, telecomunicações e energia elétrica ao capital estrangeiro. Isso tudo vai resultar em mais recessão, desemprego e arrocho salarial. Somente a luta nacional de massa pode enfrentar essa ofensiva capitalista.

A burocracia que dirige os sindicatos e as centrais sindicais já tem mostrado que não vai organizar essa luta. Os reformistas pretendem manter a governabilidade de FHC. Não farão nem mesmo a oposição demagógica e parlamentar que fizeram contra Collor. Pretendem colocar a CUT e os sindicatos a sustentarem a estabilidade política e o plano antinacional e antipopular.

Devemos exigir a convocação de assembléias em todas as categorias, a eleição de comandos de base para dirigir a luta, a unificação das categorias que estão em campanha salarial em comandos de base unificados e a preparação da greve unificada. Que as assembléias se contraponham à política colaboracionista da burocracia e aprove a luta de massa contra o plano. Só assim poderemos impedir a piora das nossas condições de vida pela ofensiva neoliberal.

Nacional



Balanço das eleições no CA de Letras-USP

As recentes eleições estudantis aconteceram num quadro de avanço da política de sucateamento da universidade e corte de verbas pela burocracia universitária, que tenta impor a divisão da F.F.L.C.H.. Desde o ano passado, os alunos do departamento de Letras começaram a ter uma ação política para responder à ofensiva da burocracia universitária. O quórum eleitoral foi de 675 votos e ultrapassou em muito o número de votos das eleições anteriores, demonstrando que os estudantes estão mais preocupados com a eleição de sua entidade, e que havia as condições para se fazer uma discussão programática com a maioria dos alunos.

Desde o início do processo eleitoral, nós defendemos que este deveria se dar da maneira mais aberta e democrática possível. Em boletim de 15 de Agosto, defendemos uma assembléia estudantil para votar o calendário, uma comissão eleitoral, e discutir como evitar que as restrições impostas pelo estatuto pudessem evitar que as posições políticas minoritárias se expressassem durante as eleições. A assembléia que materializou uma proposta nossa decidiu realizar junto das eleições um plebiscito sobre a

proporcionalidade e indicou uma convenção. A convenção que poderia iniciar um rico processo de discussão programática foi sabotada deliberadamente pelo PCdoB. Dos três programas expostos, se traçou uma nítida diferenciação entre o nosso programa e as demais propostas apresentadas pelo PSTU e o PCdoB. No entanto, o

centro da polémica acabou sendo a possibilidade ou não de conviverem dentro da entidade estudantil posições programáticas divergentes. A proposta de exclusão das divergências do interior da entidade defendida pelo PCdoB acabou concluindo com o rompimento da convenção. Os alunos que se retiraram da convenção defenderam ao longo do processo eleitoral a majoritariedade. Para nós, o mais importante era provar para os alunos, através de uma chapa frentista que é possível a atuação de posições políticas divergentes sobre a base de pontos comuns, que foram tirados na própria convenção. Defesa da proporcionalidade, da assembléia estudantil soberana, luta contra a divisão da F.F.L.C.H., livre expressão de todas as posições políticas foram os pontos que permitiam a unidade contra a posição monolítica e aparelhista defendida pelo PCdoB. De nossa parte, não se tratava de uma frente oportunista, onde se escondem as diferenças políticas. O mais importante era mostrar para os alunos que a partir da defesa da democracia estudantil é possível a disputa de posições políticas divergentes, que expressam as tendências das bases estudantis. Isso permitiria fazer a discussão de programa e levá-la para junto dos alunos, coisa que a chapa "Outras Palavras", dirigida pelo PCdoB, se negou do início ao fim.

A imposição de posições programáticas do PSTU no programa da chapa depois da convenção descaracterizou a frente política que surgiu nela, porque na prática excluía as posições políticas minoritárias. Tal atitude foi criticada claramente por nós em panfleto que soltamos aos alunos durante as eleições. Nele defendemos nossas posições políticas, as mesmas que foram defendidas na convenção. Tratava-se de responder ao golpe do PSTU, de defender uma frente baseada num acordo político claro de defesa da democracia estudantil contra a tentativa do PSTU de formar uma frente oportunista de imposição programática, onde as divergências são escondidas dos alunos e as posições minoritárias são obrigadas a se submeter às posições da maioria.

Após o resultado das eleições que deu vitória à proporcionalidade, a primeira coisa defendida pelo PSTU dentro da chapa foi vetar a possibilidade de defesa de nosso programa político na direção do Caell, rompendo assim totalmente com tudo que se compro-

meteram na convenção. A proporcionalidade se transformou numa farsa, uma vez que só defendem este critério quando estão em minoria em relação a uma posição política majoritária, quando estão em maioria excluem burocraticamente as minorias. O direito de expressão de todas as posições políticas torna-se uma mentira, uma vez que o argumento usado para excluir nosso programa foi o fato de termos dito o que pensávamos para os alunos através do panfleto que distribuimos nas eleições. A luta contra a divisão da F.F.L.C.H. e a burocracia universitária ficou a mercê da proposta de conciliação com a burocracia universitária que é a defesa de um congresso paritário onde os estudantes ficam em minoria com relação à camada de professores que compõe a burocracia. Enfim, na mesma medida em que o PSTU impõe o seu programa no interior da chapa rompem descaradamente com o que proporam na convenção.

Na mesma reunião em que foi votada a nossa exclusão, a militância do PSTU que estava no interior da chapa chegou a propor a nossa participação na diretoria do Caell em troca do submetimento aos pontos programáticos impostos pelo PSTU no material da chapa em clara tentativa de corrupção política. Rechaçamos esta prática que é característica da politicagem burguesa. Para nós só tem sentido participar da direção da entidade se for possível defendermos nosso programa e por isso fomos à convenção. A atitude burocrática do PSTU só revela até que ponto pode chegar uma frente oportunista. Chamamos a todos os alunos que aspiram a independência política e ideológica dos aparatos de correntes oportunistas a romperem com o burocratismo e a se colocarem por construir uma fração revolucionária na universidade.

As divergências políticas

Desde a convenção, as diferenças programáticas entre PCdoB e PSTU não ficaram claras. No próprio programa das duas correntes não é possível verificar qualquer divergência séria de princípio, ambas defenderam o voto em Lula nas eleições presidenciais, a participação paritária dos alunos-professores e funcionários no governo da universidade, a eleição direta para diretor e reitor etc.

A divergência expressa entre a proporcionalidade e a majoritariedade não se revelou como uma luta

Nacional



entre posições principistas, mas por uma falsa polêmica que escondia a luta aparelhista entre estas duas correntes. O PCdoB, que defendeu uma proposta de direção majoritária para o Caell, na UNE propõe a proporcionalidade. O PSTU, que defendeu a proporcionalidade, não mediu esforços para excluir o nosso programa de dentro da chapa e da direção do Caell. Como se pode ver, a defesa da majoritariedade ou da proporcionalidade é mero joguete nas mãos dessas duas correntes.

As diferenças programáticas entre nós e o PSTU/PCdoB se dão em todos os sentidos. Partimos da análise de que a luta entre os estudantes contra a política de destruição do ensino, aplicada pela burocracia universitária, projeta a luta de classes para dentro da universidade, assim a AS-

SEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA é o instrumento que pode permitir que a universidade seja de fato autônoma e lute contra o capitalismo. A maioria estudantil no governo da universidade e em QUALQUER INSTÂNCIA DE DECISÃO (congresso, cengregação ou organismos similares) se faz necessário não por invenção nossa, mas PORQUE SÃO MAIORIA MESMO e fazem parte da camada social que não tem nenhuma forma de vínculo com a burocracia universitária. Defender um congresso paritário ou apenas eleições diretas para reitor não contrapõe a maioria da comunidade universitária ao estado capitalista. Para nós, a reforma universitária tem como conteúdo a luta pela estatização do ensino privado e pela universidade única, laica e gratuita, não significa democratizar o ensino, porque esta

tarefa está profundamente relacionada com as mudanças na estrutura econômica da sociedade, que para nós só pode ser modificada com a REVOLUÇÃO SOCIAL. Por isso os estudantes devem se unir aos operários e somar com a maioria nacional oprimida num movimento contra o estado e o capitalismo.

É nesse sentido que trabalhamos para construir uma corrente proletária na educação, que expresse na universidade a política do proletariado, sem a qual não é possível se contrapor consequentemente à burocracia universitária e à política burguesa de destruição do ensino público.

Nacional

Professores São Paulo

A eleição delegados para o CNTE

No dia 18 de outubro se realizarão as reuniões de representantes de escola para eleger os delegados para o congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Esse congresso foi marcado para o final de janeiro e a cúpula dirigente determinou que seguirá os moldes do congresso nacional da CUT, ou seja, tese única elaborada pela diretoria que compõe a CNTE. O que significa a adoção de uma política burocratizada, que impede a livre manifestação de posições. Dizem os burocratas que essa é a forma mais acabada do novo sindicalismo.

Na verdade, a tese-única é a forma de eliminar as divergências e aprovar o grande acordo, já traçado anteriormente, com as correntes que compõem a CNTE. Nesse sentido, os delegados devem rechaçar essa conduta da burocracia sindical.

Um dos pontos centrais desse congresso é a discussão do Plano Decenal para a educação. Uma proposta de compromisso com os organismos internacionais. A Corrente Proletária na Educação lançou um folheto explicando o conteúdo de tal acordo e rechaçando a conduta da burocracia da CNTE, que se emblocou com o governo, Igreja e empresários. A CNTE faz parte do Conselho Consultivo, que aprovou em sua Conferência Nacional o piso profissional de 300 reais por 40 horas semanais. Um acordo às costas dos trabalhadores em educação, de negação das reivindicações históricas da classe (piso de um salário mínimo real, hoje em torno de 700 reais, por 20 horas semanais). A compreensão do acordo, que vem sendo selado com o governo e organismos internacionais do imperialismo, servirá de ponto de apoio para a luta contra essas direções vendidas do movimento dos educadores.

Fará parte também desse congresso um balanço da atuação da direção da CNTE, no sentido da mobilização nacional do magistério. A Corrente Proletária na Educação avalia que essa direção não foi capaz de trabalhar pela unidade do movimento. Continuaram as greves isoladas e, em boa parte, derrotadas economicamente. A unidade grevista é fundamental para derrotar as medidas de arrocho salarial e de sucateamento do ensino, que vêm sendo impostas pelos planos neoliberais. Foi uma direção de compromisso com a política burguesa de destruição da escola pública. Os exemplos recentes de apoio à LDB privatista e as negociatas nas reuniões de elaboração do Plano Decenal servem de provas.

O caráter embrionário da Corrente Proletária impede que se eleja inúmeros delegados para o congresso. Além de que a escolha desses delegados não se dará em assembléia geral da classe, será fruto de reuniões regionais e de representação de escola (onde a burocracia da Apeoesp tem mais controle). Mas trabalharemos para que nossas posições estejam presentes.

Adquira o novo folheto da Corrente Proletária na Educação

"Plano Decenal: mais um compromisso com os organismos internacionais"



Natal

Eleições no DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Inicia-se o processo de formação de chapas para o DCE da Universidade Federal do RN. Em sua direção está o reformismo e estalinismo, cujo peso do PCdoB tem sido decisivo. Os acontecimentos das eleições para Reitor mostram bem as conseqüências políticas do domínio reformista/estalinista sobre o DCE. Este foi enquadrado no processo burocrático e formal das eleições universitárias, em que a maioria estudantil é submetida à minoria dos docentes, dissolvendo totalmente seu peso social.

Por outro lado, o DCE ficou submisso aos organismos burocráticos da Universidade (Reitoria e Conselho Superior Universitário), anulando a decisão da assembleia estudantil que se posicionou pela defesa do voto universal, que da-

ria peso à votação majoritária aos estudantes.

A experiência tem demonstrado que as eleições para Reitor não passam de uma "cortina de fumaça" para esconder a burocracia totalitária comandada por uma fração dos docentes, adaptada e corrompida pela política burguesa e que geralmente não passa de um apêndice fisiológico do Estado e do governo de plantão.

A política de adaptação do PCdoB à burocracia fisiológica das universidades expressa um conteúdo programático geral do estalinismo de sustentar a democracia burguesa, tal qual a social-democracia petista. Trata-se de correntes historicamente comprometidas com uma fração da burguesia, caracterizada por elas como democrática e progressista. Não é por acaso que o PCdoB esteve integrado inicialmente ao governo Itamar, como o PT com sua linha de "oposição democrática", que quer dizer apoiar o governo nos pontos positivos e criticar demagogicamente nos negativos.

A linha de adaptação à democracia burguesa do estalinismo e reformismo resulta em sustentação de qualquer governo no poder, mesmo de Collor até o momento em que explo-

diu a corrupção. Isso define a conduta da direção da UNE, DCEs, CAs e UEEs sob o comando de tais correntes anti-revolucionárias. Eis porque o movimento estudantil vive num verdadeiro marasmo, enquanto que a educação é sucateada, o desemprego se amplia, as mensalidades nas escolas privadas se elevam violentamente, os planos neoliberais entregam o país ao imperialismo etc. Para se romper com a paralisia e o democratismo burocrático imperante, é necessário armar os estudantes de um programa antiimperialista e anticapitalista, capaz de contrapor os oprimidos ao Estado burguês e seu governo.

A T.POR trabalha nesse sentido para estruturar em nível nacional uma corrente proletária na educação, que organize pelas bases estudantes, professores e funcionários dispostos a defenderem o ensino contra a destruição privatista, a tomarem em suas mãos a educação e a se organizarem sob a direção do proletariado, a classe revolucionária capaz de dar expressão programática antiimperialista e anticapitalista a todos os movimentos sociais. É com essa linha que atuamos nas eleições para o DCE da UFRN.

Osasco

Fechamento da Cobrasma

É preciso ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção. A fábrica metalúrgica de Osasco, Cobrasma, pertencente ao capitalista nacional Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, anunciou seu fechamento, devido à dívida de 200 milhões de dólares. Dessa forma, as operações do grupo Vidigal se restringirão às subsidiárias em Hortolândia e em Volta Redonda.

A Cobrasma é uma importante fábrica de equipamentos e transporte. Sua falência expressa a crise do capitalismo e a tendência dos ramos fundamentais da produção nacional serem transferidos e concentrados nas mãos do capital multinacional (imperialista). A política neoliberal de quebra de forças produtivas resulta justamente em fechamentos de fábricas, como a pouco tempo ocorreu com a Lanoflex, sediada também em Osasco.

Os burgueses nacionais são incapazes de enfrentar a pressão do imperialismo e uma parte acaba se quebrando. O problema está em que

quem paga são os operários, que perdem o emprego e tem de enfrentar a difícil situação do prolongado desemprego. O sindicato de Osasco, dirigido pela Força Sindical, procura resolver o problema com negociatas, implorando alguma migalha de indenização, como aconteceu também com a Lanoflex.

A resposta não pode ser a de aceitar as demissões em troca de alguns reais a mais. É preciso mobilizar a fábrica, ocupá-la, defender a imposição do controle operário da produção e sua manutenção. Ao invés de fechá-la e entregar os espólios aos banqueiros, trata-se de lutar pelo sua expropriação, cancelamento da dívida e estatizá-la sob o controle operário da produção.

Essa luta não pode permanecer isolada na Cobrasma, deve se estender para as demais fábricas como parte da luta geral pelo controle operário da produção, um instrumento de defesa dos empregos e de luta anticapitalista.

Educação



Movimento Operário

A campanha salarial dos têxteis está ameaçada pelos pelegos.

Na Assembléia do dia 2/10, a diretoria do sindicato culpou os operários por não participarem das assembléias. Disseram que os têxteis eram desinteressados (omissos). Com isso, os pelegos estavam anunciando o enterro da campanha salarial. Assim, culparam os operários de não quererem lutar.

Está aí uma grande mentira. Ocorre que os pelegos não inspiram confiança nos trabalhadores. Um exemplo disto é que a diretoria lacaia da Força Sindical fez uma greve improvisada e isolada na TDB, arrebrandando em seguida a própria greve.

Os trabalhadores não confiam justamente na política de negociação passiva e pacífica (sem greves) com o patronato. Não acreditam nos acordos salariais isolados por fábrica. Qualquer operário têxtil sabe que os pelegos não colocaram o sindicato para preparar uma greve geral em toda categoria.

A situação salarial é de penúria, que quase beira à fome. A necessidade de luta é inquestionável. Todo operário têxtil sente isso na pele. Acontece que a

direção do Sindicato dos Têxteis realizou três assembléias, mas não para unificar todos os têxteis num só movimento grevista. O que os operários falam na fábrica é que a direção do sindicato é vendida ao patrão.

A diretoria do Sindicato, aproveitando-se do esvaziamento da Assembléia, propôs aos participantes ficarem em Assembléia Permanente. A Assembléia Permanente significa não fazer assembléia e entregar nas mãos da diretoria todo o poder de negociação às costas dos têxteis. Está claro que não podemos deixar a campanha salarial morrer dentro do escritório dos patrões. Devemos exigir a convocação imediata de uma nova Assembléia, mas com o objetivo claro de organizar a greve, baseada na formação de comitês de luta.

FMI faz reunião de avaliação: 15 milhões de empregos criados nos países imperialistas.

O FMI realizou sua 49ª reunião anual na primeira semana de outubro. Os países imperialistas comemoraram os 15 milhões de empregos criados com a aplicação do neoliberalismo nos países atrasados, e os investimentos de 215 bilhões no ano passado. Um quarto das exportações dos países industrializados dirige-se agora aos países atrasados. Dos 215 bilhões de dólares investidos nos países atrasados, 155 são de origem privada. Desses, 43,8 bilhões são bônus de empréstimos, não chegaram a sair dos países imperialistas. 46,2 bilhões são aplicações nas bolsas. 65 bilhões são investimentos diretos. E os países atrasados pagaram 23 bilhões a título de lucros e dividendos. Trata-se de um lucro real fantástico, superior a 20% reais, que ainda estimulam um crescimento das dívidas e, portanto, impulsionam as remessas futuras de dinheiro (juros) dos atrasados aos mais ricos.

É por isso que Michel Camdessus, diretor-gente do FMI, continua defendendo a ampliação do limite de empréstimo aos países atrasados, enfrentando a resistência do grupo dos 7 grandes países, que orienta a priorização aos países do leste europeu. Trata-se da defesa de interesses imediatos da burguesia imperialista: encontrar uma válvula de escape para a crise de superprodução. Camdessus sabe que o processo de restauração capitalista no leste tem grande importância política, mas avança a duras penas, porque se defronta com a necessidade de atacar profundamente a vida das massas e destruir maciçamente as forças produtivas, impondo-lhes retrocesso histórico. Isso não será conseguido sem impor duras derrotas às

massas. O retorno econômico dessa linha é de médio e longo prazos. Já a aplicação da linha neoliberal nos países atrasados tem dado resultados imediatos aos produtores e bancos imperialistas, principalmente aos americanos.

A criação dos 15 milhões de empregos nos países imperialistas se deu às custas do desemprego de dezenas de milhões de trabalhadores nos países atrasados. O que acontece é que a política de abertura do mercado, imposta aos países como o Brasil, resulta na quebra de uma parte da economia, pela concorrência de produtos importados dos países desenvolvidos. O fechamento de fábricas e o chamado aumento da produtividade (na verdade aumento da superexploração do trabalho) resulta em desemprego aqui. Mas como os países imperialistas estão conseguindo vender mais, sua produção precisa aumentar e criam-se novos empregos. É como se a cada fábrica que demite 100 operários aqui ou fecha, outra nos países imperialistas contrata mais 10 ou 20 funcionários. Esse é o resultado da aplicação do neoliberalismo.

O proletariado precisa liderar o conjunto da nação oprimida para combater a política pró-imperialista do governo e da burguesia.

Movimento Operário



Internacional

Bolívia:

Artigo extraído de "La Colmena"- nº 1102- Guillermo Lora

Repercussões do acordo governo-COB Derrota, traição ou simples frustrações?

Os cocaleiros não tiveram ressentimento de impor o livre cultivo, comercialização etc, da folha de coca e a total desmilitarização do Chapare (saída da DEA e de UMOPAR)

A investida das massas contra o governo do MNR concluiu com um acordo firmado e imposto pelas burocracias da COB, dos cocaleiros e da Confederação dos Mestres.

Trata-se de uma infame traição dos burocratas sindicais (conseqüência do fato dos revolucionários não conseguirem efetivamente aparecer como a direção revolucionária das massas), mas essa traição não deve confundir-se com a derrota física ou destruição dos combatentes, que somente pode ser conseqüência de um massacre.

No acordo há algumas concessões em problemas secundários, mas os objetivos fundamentais tem sido ignorados, postergados ou simplesmente o governo tem indicado que não pode discutir, porque fazê-lo significaria violentar os acordos com o imperialismo norte-americano.

Devemos anotar que os cocaleiros não ousaram impor o livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca, contrariamente foram colocadas alternativas ou interpretações do desenvolvimento alternativo, que desde sua origem sempre esteve alentado ou controlado pelo imperialismo norte-americano.

Uma das consignas fundamentais dos cocaleiros do Chapare e dos Yungas foi a retirada das tropas armadas e particularmente das regiões cocaleiras. A exigência foi rechaçada e o Ministro do governo não se cansa de repetir que esse ponto não é matéria de discussão por existir acordos internacionais a respeito. Em última instância, não tem ficado claro que o imperialismo norte-americano segue impondo sua vontade por cima de todas as mobilizações e marchas que possam imaginar-se. O governo faz promessas de discutir a lei 1008 ou que o acordo que se firmou

será cumprido, porque uma comissão triministerial cuidará de seu cumprimento etc. O Executivo se converte em juiz e parte, o que certamente é um absurdo.

Apesar de tudo isso, setores camponeses estão seguros de terem conseguido uma vitória parcial, mas grandes parcelas da população repudiam os camponeses por terem permitido que lhes metessem os dedos na boca.

Não houve derrota, mas sim um mal acordo, que se traduzirá em uma mudança temporal.

Burocracia e governo conseguiram parcelar o conflito e as soluções

O governo se ocupou a fundo para calar as massas radicalizadas e para estabelecer a paz social, indispensáveis para que o governo possa levar adiante seu programa de governo.

Para conseguir seu objetivo, usou a burocracia e dividiu o movimento. Centrou sua discussão unicamente com os cocaleiros e não discutiu as reivindicações de outros setores. Os mestres com muita dificuldade puderam impor algumas demandas parciais, mas não discutiram a Reforma Educativa. Não só se dividiram os objetivos, mas o próprio movimento. Dessa maneira, o governo conseguiu impor um acordo que não prejudica globalmente sua política global. Os burocratas se esqueceram de que a luta havia sido desencadeada contra a política do governo, contra as chamadas leis malditas.

O jocoso da suposta garantia para o cumprimento do acordo

Os burocratas se conformaram com a promessa de que somente UMOPAR controlará os cocais, como se sua só presença não importaria já a atuação da DEA e do imperialismo. O mais curioso é essa tontice de que o convênio será cumprido porque há um acordo triministerial a respeito. Os burocratas esfregam as mãos porque alguém lhes disse que se não se cumpre o que está escrito no papel haverá interpelações e até juízo de responsabilidades. Um pequeno detalhe desmascara toda a impostura. Por esse acordo o Executivo é convertido em juiz e em parte, o que já demonstra que a promessa de cumprimento acabará como uma vulgar farsa. Estalam as ambições dos burocratas: querem ir ao Parlamento, porque dizem que somente assim se poderá expulsar o imperialismo.

**Já saiu na Bolívia o volume II das Obras Completas de Guillermo Lora
Reserve já o seu com o distribuidor deste jornal.**

Carta aberta aos companheiros cocaleiros

O piquete de greve de fome dura dos mestres urbanos de La Paz, profs. Gonzalo Soruco, Vilma Plata, Célia Ticona y Agueda Altamiranos, estamos já há 10 dias em jejum voluntário, tomando só água fervida e, portanto, nossa saúde se deteriora cada dia velozmente. Até essa data perdemos entre 5, 6 e 10 quilos. Estamos muito débeis fisicamente, mas com grande força moral, aprendendo com vocês, que têm percorrido quilômetros e quilômetros burlando a repressão.

Companheiros: cocaleiros e mestres não devemos retroceder até conseguir o livre cultivo da folha de coca, a saída da DEA e UMOPAR do Chapare, toda terra aos camponeses e derrubar através da luta as três leis malditas de capitalização (privatização), participação popular e reforma da educação.

Nossos dirigentes nacionais querem-nos enganar, discutindo com o governo outras coisas, sem tocar naquilo que nos interessa. Mas também os dirigentes buscam desarmar e "pacificar" nossas mobilizações através do diálogo, a trégua social e o "Debate nacional". Esse debate é secreto e, portanto, suspeito. Todos os patrões e políticos reunidos nesse debate nacional estão de acordo com a erradicação da folha de coca. Nós devemos defender seu livre cultivo, comercialização porque a coca não é cocaína, o narcotráfico não é nosso problema, é tara em

seu país, que não metam suas sujas patas no nosso. Alcançaremos a vitória só com a luta unitária, a paralisação do país com bloqueios e a greve geral indeterminada. Não devemos permitir que a direção da COB nos isole do restante dos trabalhadores. Chegou momento de ajustar contas com nossos opressores e seus lacaios, esta vez para conquistar o poder. Operários, camponeses e mestres devemos ser governo. Ganhemos as ruas com nossas marchas combativas, armados com tudo o que temos em mãos para defendermos dos ataques do mal governo.

Chamemos os nossos filhos e irmãos que estão nas tropas do exército e da política a voltarem suas armas contra os gringos e os serventes do governo.

Viva a vitória dos explorados e oprimidos!

Morra o governo fascista!

La Paz, 15 de setembro de 1994

Extraído do Jornal Massas- nº 1427- Órgão Central do Partido Operário Revolucionário Boliviano.

Internacional

Nova ofensiva do imperialismo contra o Iraque

Defendamos a nação oprimida contra os ataques dos Estados Unidos

Mais uma vez o imperialismo norte-americano ameaça retomar a guerra no Golfo Pérsico. A derrota dos iraquianos, na grande ofensiva dos países imperialistas e com o aval da burocracia estalinista da Rússia, não significou o fim dos conflitos na área. Em janeiro de 1993, com o apoio da Inglaterra, França e Rússia, o governo americano dá ao Iraque um ultimato para que retire, em poucas horas, mísseis antiaéreos deslocados para as zonas de exclusão aérea, que, em 1991, tinham sido decretadas pelos países imperialistas. O Iraque proibiu os aviões da ONU, que transportavam técnicos encarregados do desmantelamento das instalações militares iraquianas, de pousarem no território. O que foi respondido com ataques das tropas "aliadas" (do imperialismo), que bombadearam, obrigando o recuo do Iraque.

Como se vê, a cada reação do Iraque, as tropas sob o comando norte-americano respondem com bombardeios. É só lembrar o brutal ataque de mísseis sobre uma fábrica da periferia de Bagdá, que segundo o governo dos EUA era para destruir a defesa aérea dos iraquianos. Na verdade, trata-se de um mecanismo para obrigar o governo de Saddam a acatar as decisões tomadas na ONU (organismo do imperialismo)

Agora, novamente, o conflito se instalou. Bastou que Saddam deslocasse 80 mil soldados para as fronteiras com Kwait, para que o imperialismo norte-americano enviasse 200 mil soldados. Caso o governo iraquiano não retrocedesse as tropas de seu próprio território,

estaria configurada a continuidade da guerra de 1991. Mesmo com o abandono da área, o governo Clinton tem a intenção de criar uma nova "zona de exclusão". A área de exclusão é um atentado imperialista à soberania de um país semicolonial, como o Iraque. Essa medida de intervenção militar, acompanhada do total bloqueio econômico, coloca o Iraque como refém das potências exploradoras do mundo.

A política proletária distingue as nações opressoras (imperialistas) das nações oprimidas (semicoloniais). Em qualquer circunstância, os explorados devem se colocar do lado da nação oprimida contra o imperialismo. Eis porque defendemos o fim imediato das zonas de exclusão, pela suspensão do bloqueio econômico e pela soberania total do Iraque. Que não haja nenhum obstáculo à movimentação das tropas iraquianas em seu território. Que o governo de Saddam tenha total liberdade de movimentação frente à opressão imperialista. Somente os trabalhadores iraquianos, a minoria xiita e a nacionalidade oprimida curda poderão decidir sobre o destino do governo ditatorial de Saddam.



Haiti

EUA impôs a volta de Aristide

Ditador Cédras abandona covardemente o país

Jean Bertrand Aristide, eleito pela Frente Nacional para a Mudança e Democracia, em dezembro de 1991, foi deposto pelos militares em setembro de 1992. A partir daí se instala nos Estados Unidos. Era o único presidente eleito desde 1957. Aristide substituiu o ditador Duvalier, sustentado pelo próprio imperialismo norte-americano.

A história do Haiti tem sido marcada pela intervenção norte-americana, que procura manter o controle sobre a região caribenha. Em 1915, os EUA comandaram a invasão no Haiti, para lhes assegurar passagem marítima entre Cuba e o continente. Aí permaneceram por 19 anos. Em 1986, a junta que assumiu o governo dirigida pelo general Mamphy, após o contra-golpe que depôs Duvalier, tinha também o patrocínio dos ianques. Por outro lado, os acordos com os militares e as anistias sempre foram feitas com o consentimento da ONU.

Agora, a situação se repete. Cedras entrega o poder para Aristide e recebe em troca um exílio milionário. O governo dos EUA liberou o acesso de Cédras e outros ex-líderes militares às suas contas em bancos norte-americanos, garantiu proteção às propriedades do ditador, ofereceu livre acesso de seus familiares aos EUA e exigiu que o Panamá recebesse os militares golpistas.

A saída de Cédras vinha sendo negociada desde a deposição de Aristide. Mas o ditador haitiano exigia que o Parlamento votasse a anistia dos militares. Este além de atender o pedido dos militares, reconheceu o governo de Aristide e exigiu do governo constitucional o reconhecimento de todos os atos do Parlamento (desde a sua deposição). Já em outubro de 1993, vencida o prazo dado pela ONU (acordo de Nova York) para que Aristide retornasse ao poder. O que não foi cumprido pelos militares. Por sua vez, o go-

verno norte-americano acirrou o embargo econômico, como forma de pressão para que as massas contribuíssem com a intervenção ianque.

No Haiti falta tudo: petróleo, energia elétrica, comida etc. O desemprego tomou conta da população trabalhadora. O analfabetismo atingiu mais da metade de seu povo. Mas, por outro lado, uma camada de militares e a burguesia local se beneficiam com o tráfico de drogas e o mercado negro. Com isso, uma extrema minoria concentra toda a riqueza e a grande maioria vive na penúria (descalços, famintos e amontoados nas imensas favelas). O retrato do Haiti é a expressão do acirramento da opressão nacional (imperialista) e social.

O ditador Cédras covardemente deixa o país. A população iludida com os acordos de "paz", propagandeados pelo imperialismo norte-americano, recebe a "intervenção pacífica" dos EUA como se fosse o restabelecimento da democracia. Aristide, um fatoche dos gringos, volta ao país para servir aos interesses do país imperialista (da opressão nacional). A ocupação do Palácio do Governo pelas forças intervencionistas norte-americanas é a manifestação mais evidente de como o imperialismo pisoteia a soberania de

um país semicolonial.

A T.POR, expressando a posição programática do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, tem feito uma campanha pela expulsão do imperialismo e pela defesa da auto-determinação do povo haitiano. Desmascaramos a farsa do imperialismo e seus lacaios latino-americanos de que a ocupação militar tem a finalidade de restabelecer a democracia. O imperialismo por expressar os monopólios e o capital financeiro internacional só pode desenvolver uma política totalitária. Não é por acaso que a longa ditadura de Duvalier foi assegurada pelos EUA. Também não é por acaso que os golpes sangrentos no Chile, Argentina, Bolívia, Brasil etc foram supervisionados pelo imperialismo ianque. As pseudo-democracias instaladas na América Latina lhes interessa enquanto podem servir aos monopólios, ao pagamento da dívida externa e toda sorte de medidas neoliberais.

Diante da reação das massas, que vêm aumentando nos últimos tempos, o imperialismo patrocinará novos golpes. A defesa da auto-determinação é um instrumento de luta da nação oprimida contra o opressor externo. Essa bandeira só pode ser encarnada pelo proletariado como parte do programa antiimperialista e anticapitalista da revolução proletária.



Garimpo da fome: haitianos procuram comida em lixo dos americanos.